

*Brasília, 15 de junho de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Correio Braziliense - Online

Segunda-feira, 15 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**G7 reúne Lula e Trump sob tensão comercial entre os países ..... 3**

## Jornal do Commercio Online

Segunda-feira, 15 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Pix: inovação, poder e soberania ..... 5**

## G7 reúne Lula e Trump sob tensão comercial entre os países



Petista tenta viabilizar uma reunião com o presidente dos Estados Unidos durante a cúpula do G7, na França, para discutir a ameaça de novas tarifas sobre produtos brasileiros. O governo quer ampliar a cooperação no combate ao crime organizado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende executar, hoje, o plano para tentar uma reunião com o líder dos Estados Unidos, Donald Trump. A ideia é que a conversa ocorra na cúpula dos sete países democráticos mais industrializados do mundo (G7), que vai até quarta-feira, em Évian, na França. O Brasil, embora não faça parte do G7, quer aproveitar o fato de ter sido convidado para a reunião e repercutir com Trump se o presidente norte-americano vai aprovar um novo tarifaço a produtos brasileiros recomendado pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR).

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

As novas tarifas, anunciadas pelo USTR sob justificativas de o Brasil adotar práticas desleais de comércio (taxa de 25%) e importar produtos de países que praticam trabalho forçado (12,5%), ainda precisam do aval do presidente dos EUA para entrar em vigor. Ao serem anunciadas, no início de junho, a possível nova taxa foi criticada publicamente por Lula, que relembrou a fala de Trump sobre ter uma "química" com o presidente brasileiro, para cobrar uma reunião com o presidente dos EUA.

"Trump, faz o seguinte, você disse que pintou uma química. Quem anunciou isso (a taxa) não foi você e nem eu. Então, você me deve uma reunião, e eu devo uma para você", disse Lula, em discurso realizado na inauguração do Hospital Universitário da Universidade Federal de Catalão, em Goiás.

### Necessidade do diálogo

Assim como Lula e Trump se encontraram durante assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada na Malásia, em dezembro passado, interlocutores do petista reconhecem haver essa possibilidade, na cúpula do G7, mesmo sem ter ocorrido um agendamento prévio entre os dois países. A participação do líder brasileiro é avaliada como estratégica por especialistas. "Não está confirmado esse encontro informal com Trump, mas, independentemente disso, o G7 é um fórum importante para o Brasil se posicionar e buscar o apoio de outros países dentro do contexto dessa reunião", disse a professora Cristina Pecequillo, docente de relações internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

A conversa entre Lula e Trump é vista como um passo importante para que o Brasil se posicione antes do fim do prazo para a tomada de decisão dos EUA sobre a investigação da Seção 301, daqui a um mês. "Um eventual encontro entre os chefes de Estado, à margem do G7, pode desempenhar papel estratégico relevante na contenção de medidas unilaterais de natureza comercial. O diálogo direto de alto nível pode funcionar como mecanismo de desescalada, permitindo ao Brasil apresentar esclarecimentos políticos e técnicos antes da consolidação de eventuais sanções", destacou Izabela Jamar, advogada especialista em Comércio Exterior.

Contudo, ressalta Leandro Barcelos, diretor de Estratégia e Política Comercial da 7IBS Consultoria, como o Brasil optou por priorizar a negociação via Grupo de Trabalho, é preciso ter cautela nesse possível encontro. "Nesse formato, a conversa serve para manter o canal aberto e dar cobertura política ao grupo técnico, desde que o encontro seja controlado. Um contato mal preparado, com fricção públi-

ca, faria mais mal do que bem, e é exatamente por isso que o Planalto age com cautela", explicou.

### Risco da Seção 301

Para Barcelos, a investigação é séria, e nem mesmo mudanças de governos podem significar o fim de uma tarifa oriunda da Seção 301, por isso, a importância em evitá-la. "O ponto de partida é encarar a lição chinesa com seriedade: tarifas da Seção 301 são pegajosas e as sobretaxas impostas à China em 2018 sobreviveram à troca de governo e foram mantidas por Joe Biden, o que mostra que, uma vez aplicada, a tarifa raramente é revertida; por isso, a prioridade absoluta é impedir a imposição antes de 15 de julho, e não tentar desfazê-la depois, sobretudo porque a proposta de 25% pode "empilhar" sobre os 12,5% da investigação de trabalho forçado, chegando a 37,5% cumulativos", alertou.

Setores da economia brasileira estão nervosos justamente por esse quesito. Na visão de Jamar, o Brasil precisa fazer a lição de casa. "A experiência internacional demonstra que a Seção 301 pode ter impactos significativos nas relações comerciais, sobretudo quando aplicada de forma abrangente. É essencial o Brasil revisar políticas públicas eventualmente questionadas, aprimorar a governança regulatória e garantir maior transparência nos processos que envolvam comércio exterior, investimentos e **propriedade intelectual**", defendeu.

### Diretor da PF na comitiva

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, integram a comitiva de Lula na França. A ida do representante da PF a uma possível reunião com Trump sinaliza que, além das negociações sobre tarifas anunciadas pelo USTR, o tema da se-

gurança pública será discutido entre os líderes de Estado.

Interlocutores do Planalto afirmam que o brasileiro pretende pautar uma cooperação entre Brasil e EUA de combate ao crime organizado como uma forma de fortalecer o diálogo. Essa proposta focará no combate ao crime transnacional, envolvendo áreas como lavagem de dinheiro e tráfico de armas.

Embora na possível reunião entre Lula e Trump o combate ao crime organizado esteja na pauta, o Planalto avalia ser difícil uma reversão da classificação das facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como grupos terroristas.

O entendimento do Planalto é de que, no curto prazo, modificar a decisão logo após a adoção seria admitir que ela não foi bem pensada. Os Estados Unidos classificaram as duas facções criminosas como organizações terroristas no dia 5 de junho.

### Protecionismo

Além de buscar a reunião com Donald Trump, a ida de Lula à cúpula do G7, na França, terá o objetivo de discursar - sem citar nominalmente o presidente dos EUA - contra o protecionismo e em prol de relações comerciais focadas no multilateralismo.

Na programação da cúpula dos sete países democráticos mais industrializados do mundo, o presidente do Brasil - na condição de convidado - vai discursar amanhã. As atividades de hoje vão abranger apenas os países-membros do G7: Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Alemanha, Itália, Japão e a França, anfitriã da cúpula do grupo.

## Pix: inovação, poder e soberania

Poucas políticas públicas alcançaram tamanho sucesso em tão pouco tempo. O Pix mostrou que o Estado pode produzir soluções simples e eficientes

Quando o Banco Central lançou o Pix, em 16 de novembro de 2020, poucos imaginavam que aquele sistema de pagamentos instantâneos se tornaria um dos mais bem-sucedidos experimentos de inovação pública do mundo. Criado para facilitar transferências e reduzir custos, o Pix ultrapassou as fronteiras do sistema financeiro brasileiro e acabou no centro de uma disputa comercial envolvendo os Estados Unidos.

O projeto havia começado anos antes, com estudos iniciados em 2016 para modernizar o sistema financeiro, ampliar a concorrência e aumentar a eficiência dos meios de pagamento. A proposta era simples: permitir transferências e pagamentos em poucos segundos, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. O resultado foi extraordinário.

Em tempo recorde, o Pix conquistou os brasileiros. TED e DOC desapareceram do cotidiano. O dinheiro em espécie perdeu espaço. Até os cartões de débito, antes protagonistas das compras presenciais, passaram a dividir espaço com a nova tecnologia. Hoje, o Pix é o meio de pagamento preferido da população.

Os números impressionam. Em dezembro de 2025, o sistema bateu recorde ao registrar mais de 313 milhões de transações em um único dia, movimentando cerca de R\$ 179,9 bilhões. Mais do que uma ferramenta bancária, o Pix tornou-se parte da rotina nacional: paga-se o almoço, o aluguel, o vendedor ambulante e a feira com poucos toques na tela do celular.

O sucesso do Pix reconfigurou um mercado historicamente dominado por gigantes internacionais, como Visa e Mastercard. Antes do Pix, os pagamentos eletrônicos dependiam das bandeiras de cartões e das credenciadoras, que cobravam dos estabelecimentos taxas que, nas operações de débito, geralmente variavam entre 1% e 3% do valor das vendas. Em um mercado que movimenta trilhões de reais, tratava-se de um fluxo bilionário de receitas

que alimentava a rentabilidade das grandes bandeiras internacionais.

Com o Pix, boa parte dessas operações migrou para uma infraestrutura pública nacional administrada pelo Banco Central. Pessoas físicas utilizam o serviço gratuitamente e empresas passaram a arcar com custos significativamente menores. O avanço do sistema reduziu despesas para comerciantes e diminuiu o protagonismo das gigantes globais dos meios de pagamento.

O que começou como uma inovação voltada ao cotidiano dos brasileiros ganhou dimensão geopolítica. Em 2026, o governo Trump passou a questionar o modelo brasileiro, alegando que o Pix favoreceria um sistema estatal em detrimento de empresas americanas do setor financeiro. O tema apareceu entre os argumentos utilizados pelos Estados Unidos para justificar a imposição de tarifas adicionais sobre produtos brasileiros, numa das mais inusitadas controvérsias comerciais dos últimos anos.

A reação brasileira veio em defesa de um símbolo nacional de inovação. O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** reconheceu o Pix como marca de alto renome, garantindo a mais ampla proteção prevista pela legislação brasileira. Não se trata do registro do sistema tecnológico, mas da proteção jurídica máxima à marca que passou a representar inovação, confiança e eficiência.

Poucas políticas públicas alcançaram tamanho sucesso em tão pouco tempo. O Pix mostrou que o Estado pode produzir soluções simples, eficientes e amplamente aceitas pela população. Mais do que um meio de pagamento, tornou-se um instrumento de inclusão financeira e um raro exemplo de inovação brasileira capaz de alterar hábitos, desafiar interesses econômicos consolidados e chamar a atenção do mundo.

O Pix nasceu para facilitar transferências. Tornou-se um símbolo de confiança, soberania tecnológica e capacidade de inovação. Nem sempre o que incomoda é o que falha. Às vezes, é justamente o que funciona.

Priscila Lapa é jornalista e doutora em Ciência Política. Sandro Prado é economista e professor da FCAP-UPE.

# Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório   INPI .....	3,4
Propriedade Industrial .....	3,4
Propriedade Intelectual .....	1,2